

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Divulgação



Prazo para adesão ao PDV foi prorrogado até 7 de abril

2,3 mil trabalhadores aceitaram plano de demissão dos Correios

O plano de desligamento voluntário (PDV) dos Correios registrou 2,3 mil adesões de funcionários até terça-feira(31), número abaixo da meta da estatal, que previa 10 mil desligamentos em 2026 e outros 5 mil em 2027, para reduzir o quadro de pessoal e os custos operacionais. O PDV oferece incentivos para que empregados optem pelo desligamento voluntário, evitando demissões forçadas e fazendo parte de um plano de reestruturação. Diante da baixa procura, a estatal decidiu prorrogar o prazo de adesão até 7/abril, dando mais tempo aos trabalhadores avaliarem as condições, incluindo mudanças no plano de saúde. O programa é uma tentativa para reorganizar a empresa, que enfrenta prejuízos bilionários.

Preços da indústria caem 0,25%

O IBGE divulgou que os preços da indústria nacional caíram 0,25% em fevereiro na comparação com janeiro, interrompendo duas altas consecutivas. A principal influência foi a queda dos preços de alimentos (-0,87%). Entre as 24 atividades pesquisadas, 13 registraram recuo. No acumulado de 12 meses, a queda chega a -4,47%, refletindo ajustes de preços em setores como alimentos e bebidas, produtos químicos e metalurgia.

Divulgação



Aumento foi puxado pela menor oferta de matéria-prima

Preço do Leite sobe 5% em fevereiro

O Ipea, ligado ao Ministério da Fazenda, e o Cepea/Esalq, centro de pesquisa da USP, apontam que o preço do leite ao produtor voltou a subir em fevereiro, com alta de 5,43% na Média Brasil, alcançando R\$ 2,1464 por litro. A valorização foi impulsionada pela menor oferta de matéria-prima e maior disputa dos laticínios pela compra do leite cru. Apesar da recuperação, o valor ainda permanece cerca de 25% abaixo do registrado há um ano, enquanto custos de produção seguem pressionando as margens no campo.

Preço do Feijão em março

Os institutos também apontaram que os preços médios do feijão carioca bateram recordes em março. A alta acontece porque há menos feijão disponível para venda em estados produtores como Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Goiás e Bahia, enquanto a demanda continua forte. A saca de 60 kg do feijão carioca é negociada entre R\$ 330 e R\$ 350, e o feijão preto entre R\$ 160 e R\$ 200.

Preço Querosene

A Petrobras deve elevar em até 55% o preço do querosene de aviação (QAV) a partir de 1º de abril. O aumento acompanha a valorização do petróleo no mercado internacional, impactado pela guerra no Oriente Médio e referência para o modelo de precificação da estatal no cálculo de reajustes do combustível.

Querosene II

O reajuste acende alerta em companhias aéreas e governo, pois o QAV representa grande parte dos custos. Estimativas apontam que o modelo de preços da Petrobras pode levar a altas de até 80%, pressionando tarifas e a recuperação financeira do setor, que busca alternativas para reduzir impactos.

Eco Invest Brasil

O Tesouro Nacional divulgou a Portaria STN/MF nº 886, com ajustes no regulamento do 4º Leilão do Eco Invest Brasil, aprimorando critérios de elegibilidade, contrapartidas socioambientais e clarificando atividades elegíveis. A mudança fortalece o foco em bioeconomia e turismo sustentável.

Eco Invest Brasil II

A nova portaria também cria contrapartida educacional, exigindo que instituições selecionadas destinem 1% do capital público recebido a capacitação e pesquisa. Além disso, prorroga o prazo de envio de propostas até 30 de abril de 2026, ampliando oportunidades para participantes e reforçando projetos de inovação.

Redução de jornada

Estudo da FecomercioSP aponta que a redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas pode gerar custo adicional de R\$ 158 bilhões por ano às empresas. O cálculo usa dados da RAIS 2024 e considera a manutenção dos salários atuais, sem redução proporcional da remuneração do trabalhador.

Redução jornada II

Segundo a entidade, a mudança elevaria o custo da hora trabalhada em cerca de 10% e impactaria principalmente setores intensivos em mão de obra, como serviços, indústria e comércio. Hoje, cerca de 35,7 milhões de trabalhadores no país cumprem jornadas entre 40 e 44 horas semanais, faixa diretamente



Valor bloqueado representa 0,55% das emendas parlamentares

Governo bloqueia R\$ 334 milhões em emendas

Decreto congela R\$ 1,6 bilhão para cumprir regras fiscais

Da Redação

O Ministério do Planejamento e Orçamento detalhou o bloqueio de R\$ 1,6 bilhão em gastos discricionários, sendo R\$ 334 milhões referentes a emendas parlamentares indicadas por deputados e senadores para projetos e investimentos em estados e municípios. Esse montante, porém, representa apenas 0,55% do total das emendas parlamentares para 2026, de R\$ 61 bilhões.

A medida foi publicada no Diário Oficial da União por meio do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira do 1º bimestre de 2026, que orienta a execução do Orçamento ao longo do ano. Segundo o governo, o bloqueio é necessário para ajustar a execução das despesas ao limite estabelecido pelo novo arcabouço fiscal, que condiciona a expansão dos gastos à evolução das receitas públicas. A maior parte da contenção, cerca de R\$ 1,26 bilhão, recai sobre despesas discricionárias do Executivo, enquanto a parcela restante afeta diretamente as emendas parlamentares. As emendas parlamentares correspondem a aproximadamente R\$ 61 bilhões no Orçamento de 2026 (0,94% do Orçamento anual, de R\$6,5 trilhões) e são um instrumento importante de influência do Congresso na destinação de recursos públicos. Elas financiam obras locais, aquisição de equipamentos públicos

e ações em áreas como saúde, educação, infraestrutura e segurança. Parte das emendas possui execução obrigatória, o que limita a margem de manobra do Executivo e exige ajustes distribuídos entre diferentes programas e ministérios. O decreto mantém o chamado "faseamento" das despesas, mecanismo que limita temporariamente o ritmo de empenho dos gastos. Na prática, o Executivo poderá liberar recursos gradualmente, conforme o desempenho da arrecadação ao longo do ano. Segundo o Ministério do Planejamento, a restrição de empenho pode alcançar R\$ 42,9 bilhões até novembro nas dotações discricionárias.

O Ministério do Planejamento destacou que o bloqueio não configura contingenciamento, mas é um ajuste preventivo para garantir compatibilidade entre receitas e despesas, preservando a estabilidade das contas públicas e evitando cortes mais amplos durante o exercício. Programas prioritários, como investimentos estratégicos e obras estruturantes, foram preservados. Esse bloqueio também poderá ser revisado nas próximas avaliações bimestrais, caso a arrecadação federal se mostre "mais robusta" ou surjam novas pressões sobre as despesas obrigatórias.

O Orçamento da União de 2026 prevê R\$ 6,5 trilhões em despesas, com emendas parlamentares de R\$ 61 bi.